



**ARTIGO**

*Déficit externo e desnacionalização da economia brasileira*

**PÁGINA 2**

**CELESC**

*CRH debate Plano de Cargos e Salários*

**PÁGINA 3**

**ELETROSUL**

*Mais um diretor em tempos de redução de custos?*

**PÁGINA 3**

## TRABALHADORES APROVAM MUDANÇAS NO PLANO CELOS SAÚDE



Fotos: Interce

*Trabalhadores de todo o estado demonstraram grande consciência e compareceram para o debate, aprovando as mudanças no Plano Celos Saúde e a inclusão de novas faixas no Horário Especial de Atendimento Comercial.*

*Ao lado, assembleia de Florianópolis. Abaixo, trabalhadores nas assembleias de Joinville e Jaraguá do Sul.*

Os trabalhadores da Celesc aprovaram em assembleias realizadas em todo o estado as mudanças na lógica de contribuição do Plano Celos Saúde e a inclusão de novas faixas de horário no Acordo específico do Horário Especial de Atendimento Comercial. Como já noticiado pelo LV, as mudanças do Celos Saúde são decorrentes de duas necessidades essenciais: recompor o fundo do Plano Celos Saúde, que por conta do déficit dos últimos anos, onde se arrecadou menos do que se gastou com as coberturas do plano, acabou muito abaixo do ideal. Além da necessidade de adequação à Resolução Normativa 279 da Agência Nacional de Saúde (ANS), que determina a contribuição do participante pela sua faixa etária e a faixa etária de seus dependentes.

### NOVOS HORÁRIOS NO ACORDO DO ATENDIMENTO

Além de aprovar a nova lógica do Plano Celos Saúde, os trabalhadores também aprovaram a inclusão de duas novas faixas de horário no Acordo específico do Horário Especial de Atendimento Comercial, colaborando para melhorar o acordo vigente tanto para a empresa, já que permite adequar as jornadas de acordo com a frequência de atendimentos na loja, quanto para o trabalhador que tem à disposição mais possibilidades para iniciar a jornada de 6 horas.

É importante ressaltar que a aprovação das propostas se deu por ampla maioria em todo o estado, sendo que grande parte das assembleias aprovou por unanimidade.



## Pautas nacional e específica do Acordo Coletivo de Trabalho 2013/14 são entregues

Os sindicatos que compõem a Intersul entregaram ontem, dia 10, às 15 horas, na sede da Eletrosul, a pauta de reivindicações específica do Acordo Coletivo de Trabalho 2013/14. No mesmo horário, a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e o Coletivo Nacional dos Eletric-

tários (CNE) entregou a pauta de reivindicações nacional à Eletrobras. As pautas de reivindicação nacional e específica estão disponíveis no site da Intersul ([www.intersul.org.br](http://www.intersul.org.br)) para consulta dos trabalhadores. Agora é hora de união em busca de um ACT justo e

que valorize os trabalhadores, grandes construtores da riqueza do país.

**"É A NOSSA ENERGIA QUE ILUMINA O BRASIL".**

## Déficit externo e desnacionalização da economia brasileira: oportunidade ou risco?

**"Desnacionalizar a economia significa perder competitividade industrial porque as empresas transnacionais que tomam conta de setores inteiros da economia brasileira, obviamente, não têm maiores compromissos com os projetos nacionais do país"**

*O Brasil foi o país que recebeu o terceiro maior volume de Investimento Externo Direto (IED) em 2012 entre as economias emergentes, em um total de US\$ 65 bilhões, ficando atrás apenas da China (US\$ 120 bilhões) e Hong Kong (US\$ 72 bilhões). Esse recurso cobriu o déficit nas contas externas corrente no mesmo ano, que chegou a US\$ 54,2 bilhões, equivalente a 2,4% do PIB. Há quem considere os déficits externos naturais, especialmente em países em desenvolvimento, e que, se estiver sendo coberto com investimentos estrangeiros diretos, está tudo bem. Mas é difícil aceitar esse tipo de argumento porque déficits em conta corrente não são "naturais", mas frutos de políticas e escolhas concretas. Entre 2003 e 2007 o país apresentou superávit em conta corrente. Os déficits voltaram em 2008 em razão do aumento das importações, pagamentos de juros e das remessas de lucros das empresas internacionais operando no Brasil, que aumentaram com a crise mundial, pelos gastos de brasileiros no exterior e por outros pagamentos de serviços (fretes, por exemplo) e foram compensados no balanço de pagamentos através do crescimento*

*do investimento direto estrangeiro.*

*O déficit nas contas externas dos dois primeiros meses do ano aumentou 105% em relação ao mesmo período do ano anterior, chegando a US\$ 17,997 bilhões. Entre os componentes das contas externas o fator que mais chama a atenção é a elevação, no primeiro bimestre, de 221,78% nas remessas de lucros e dividendos das filiais de transnacionais para as suas matrizes, em relação ao mesmo período em 2012.*

*Muitos economistas fazem a apologia da chamada "absorção de poupança externa", que, na prática, significa capitais em busca de valorização adquirindo empresas nacionais, como revelam os dados. As vendas de empresas brasileiras bateram um novo recorde em 2012, com 206 empresas nacionais passando para controle estrangeiro. Desde 2004, foram 1.296 empresas transferidas para controle de empresas estrangeiras. Ou seja, estamos financiando déficit com a venda de empresas nacionais, o que significa mais remessas de lucros no futuro.*

*No Brasil nos últimos dez anos as remessas de lucro para as matrizes de transnacionais (muitas delas estatais) chegaram a 410 bilhões de dólares<sup>1</sup>. Mas, o pior é que, na indústria, na área de infraestrutura ou de telecomunicações, quem está financiando o investimento é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem colocado o grosso dos recursos. Ou seja, dinheiro público financia a maior parte de investimentos em negócios que, posteriormente, representam o envio de bilhões de dólares para o exterior. Há inúmeros exemplos, em todo o país, de empreendimentos estrangeiros financiados com recursos do BNDES.*

*O que o Brasil ganha com isso? Se o país tem recursos para financiar empresas transnacionais porque não priorizar empresas que reinvestirão os seus lucros prioritariamente no Brasil, ou condiciona seus financiamentos a este objetivo? Desnacionalizar a economia significa perder competitividade industrial porque as empresas transnacionais que tomam conta de setores inteiros da economia brasileira, obviamente, não têm maiores compromissos com os projetos nacionais do país. A abertura e a manutenção de suas plantas industriais seguem estratégias globais de investimentos e obtenção de mercados. Se deixar ao sabor das estratégias dessas empresas, a aquisição de empresas nos países periféricos não significa transferência de tecnologia. Longe disso, significa continuar dependente de importação de tecnologia, forma clássica pela qual as transnacionais remetem divisas ao exterior. Além do que, os setores das empresas que desenvolvem tecnologia são considerados estratégicos, e por isso ficam normalmente nas próprias matrizes das empresas. A consequência deste processo é, além disso, piorar a situação das contas externas, já que, 40% do comércio exterior do país é "intra-firma", ou seja, entre a matriz de uma multinacional e sua filial no Brasil. Segundo a Receita Federal o comércio entre filiais de empresas no Brasil é insignificante. Ou seja, as transnacionais estão determinando, crescentemente, as nossas importações. Ademais, essas empresas também não têm interesse de exportar produtos industrializados porque, na prática, estariam concorrendo com unidades do próprio grupo multinacional. Como se sabe, um país com economia inserida de forma dependente no sistema mundial corre o risco de desindustrialização, dependendo de como as empresas transnacionais que nele atuam definirem a organização de suas cadeias de produção e seus fornecedores. A distribuição das plantas industriais dos grandes grupos capitalistas segue as suas lógicas globais, que não levam em conta os interesses de países específicos. Em qualquer caso, a dependência segue crescendo, e a capacidade de definir estratégias autônomas e alternativas de desenvolvimento, diminuindo.*

<sup>1</sup> Ver artigo de Mauro Santayama, publicado em seu blog em 25/03: "A República e as transnacionais".

Daniel dos Passos \ José Álvaro de Lima Cardoso \ Adhemar Mineiro  
ECONOMISTAS DO DIEESE



## Mais um diretor em tempos de redução de custos?

Desde a divulgação da MP 579, a diretoria da Eletrosul e da Eletrobras bradam a plenos pulmões pela redução de custos, deixando claro que quem vai pagar a conta da queda das receitas são os trabalhadores. O discurso do medo, da terra arrasada virou cartilha de condução de todos os debates das diretorias com os trabalhadores. Virou arma para negar avanços e caçar direitos.

É certo que o impacto da MP 579 e a consequente redução de receita da Eletrosul são grandes. Os sindicatos que compõem a Intersul manifestaram-se, desde o início das discussões sobre a renovação das concessões e a redução das tarifas para a população brasileira, que estas não poderiam minar a capacidade financeira das empresas de energia nem gerar a perseguição dos trabalhadores e o ataque aos direitos da categoria.

Em meio a este cenário, o Conselho de Administração da Eletrosul, ignorando a necessidade de redução de custo da empresa e com a total conivência da diretoria da Eletrosul que tem um representante no Conselho, "elege" um novo diretor! Novo velho, na verdade! Obedecendo cegamente ordens "superiores", que vieram através de uma carta da Eletrobras "mandando" designar o ex-governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira, como Diretor Administrativo da Eletrosul, o CA da maior estatal federal do sul do Brasil perdeu uma excelente oportunidade de manter sua coerência. Enquanto a direção da Empresa reduziu o orçamento para treinamento em 75%, vai gastar só em salário com o novo diretor aproximadamente 400 mil reais por ano, sem considerar encargos e demais benefícios do titular e seus dependentes.

A verdade é que na contramão de todo seu discurso, a Eletrosul nomeia um novo diretor com o claro intuito de abrigar um aliado político com vistas às eleições que vem por aí. A campanha eleitoral de 2014 já ocorre hoje e, ao que parece, o governo federal quer garantir os apoios no processo de reeleição da presidenta Dilma, loteando os cargos que lhe restam. Enquanto isso, os trabalhadores são atropelados nas discussões sobre o pretexto de equalização das contas. Prova mais recente disso é a postura da empresa perante as mudanças na legislação da Periculosidade. Trágico também foi a apresentação do resultado de 2012 da empresa, no mesmo dia da nomeação de um novo diretor.

Se há uma necessidade real de reorganização, que se comece por uma gestão coerente, se comece dando exemplos e dispensando o dispensável. Agregar um novo diretor, com todos os seus custos diretos e indiretos está (vai) na contramão da realidade do setor elétrico nacional e do discurso da Diretoria. Os sindicatos que compõem a Intersul reiteram sua discordância com a indicação de um novo diretor, o que representa um custo considerável, em um momento onde a empresa (tenta) quer repassar os ônus da redução de receita aos trabalhadores. E, com certeza, vai usar com veemência essa questão para tentar justificar retirada de direitos, promover demissões (escamoteadas por incentivo) e para não atender as reivindicações dos empregados na campanha de data-base 2013/2014. **Continuemos atentos e unidos!**

**"Na contramão do discurso, a Eletrosul nomeia um novo diretor com o claro intuito de abrigar um aliado político com vistas às eleições que vem por aí"**



Imagem que circula na Internet, encaminhada à equipe do LV, por email sob o nome de Francisco Anísio.



Foto: APCElesc

## 25 anos da APCElesc

A Associação dos Aposentados e Pensionistas da Celesc (APCElesc) completou neste mês 25 anos de fundação. Idealizada por um grupo de aposentados que inicialmente se uniram para questionar o não pagamento do 13º pela Celos, uma vez que o INSS pagava, e decidiram instituir uma associação para lutar por este outros benefícios, a APCElesc é marco histórico na defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas Celesquianos, além de parceira dos sindicatos da Intercel na luta em defesa da Celesc Pública e dos trabalhadores. Os sindicatos que compõem a Intercel parabenizam a APCElesc e desejam muitos anos de luta e companheirismo.

## CELESC

## CRH debate Plano de Cargos e Salários

A Comissão de Recursos Humanos (CRH) se reuniu na última terça-feira, dia 09, para debater os recursos da movimentação por merecimento do Plano de Cargos e Salários (PCS), pago em fevereiro, conforme definido no fechamento da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho.

Os recursos encaminhados pelos trabalhadores foram analisados individualmente de acordo com a regra do PCS e o RH da empresa comunicará os trabalhadores dos resultados. Alguns recursos que foram encaminhados aos sindicatos e não constavam no RH serão analisados na próxima reunião da CRH, que ficou marcada para o próximo dia 25. Também foram debatidas algumas pendências dos termos aditivos do PCS que retornarão ao debate nesta reunião.



Foto: Intercel

**Intercel**  
Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

**LINHA VIVA** é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC  
Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Amílca Colombo  
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | Fone (047) 3028-2161  
E-mail: [sindsc@terra.com.br](mailto:sindsc@terra.com.br) | Site: [www.sindinorte.org](http://www.sindinorte.org)  
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

# O que as democracias escondem nos paraísos fiscais?

por Eduardo Febbro, da Carta Maior

Na semana passada quando ex-ministro do Orçamento e Fazenda da França Jérôme Cahuzac confessou que havia ocultado uma conta bancária (no valor de 600 mil euros) na Suíça ele na verdade queria encobrir um “rombo” bem maior: uma outra conta, bem mais polpuda, em torno de 15 bilhões de euros, também num banco de Genebra. Estas confissões estão lançando luz sobre aspectos sóbrios do governo do socialista francês François Hollande. Mas são apenas a ponta do iceberg: o egoísmo liberal desenhou um monstro de enormes cabeças, cuja identidade mais paradoxal consiste em que, dos 170 países preocupados com as revelações sobre a evasão tributária, a maioria corresponde às democracias mais adiantadas. As democracias do Ocidente, que dão lições de todo tipo ao resto do planeta, escondem em suas entranhas os ladrões mais astutos e os organismos que organizam a fraude. É o que está sendo revelado pelo chamado de Offshore Leaks, impecável investigação sobre os paraísos fiscais levada a cabo por mais de 30 jornais internacionais.

Paris não é a única capital atingida pelo mega escândalo. Berlim se somou à contra ofensiva francesa através do ministro de Finanças, Wolfgang Schäuble, que anunciou que a Alemanha iria lançar uma cruzada internacional contra a evasão fiscal. Até o mais obscuro Luxemburgo pôs uma pedra no altar da re-moralização. Reconhecido pela opacidade de seu sistema bancário e pelas facilidades que oferece para reciclar o lixo financeiro do mundo, Luxemburgo anunciou que vai limitar “parcialmente” seu decreto bancário, o que, segundo o ministro da Economia, Luc Frieden, vai “reforçar a cooperação internacional”.

O gigantismo do calote planetário revelado através dos Offshore Leaks é tal que se pergunta se medidas simples ou o intercâmbio de informações serão suficientes para que se acabe com os paraísos fiscais, tanto mais que, à imagem e semelhança das Ilhas Cayman, estes paraísos são, amiúde, colônias ou ex-colônias com cumplicidade estreitas com as capitais centrais. As Ilhas Cayman são uma colônia da Coroa Britânica e também um dos centros Offshores mais prósperos do mundo. A rede anti-evasão fiscal Tax Justice Network acusa as Ilhas Cayman de ser uma “lavanderia”: multinacionais, enormes fortunas privadas, os fundos hedge fizeram dessas ilhas sua pátria preferida. Ilhas Cook, Ilhas Virgens Britânicas, Samoa, Cingapura, Seychelles, Mônaco ou Suíça são autênticas maquinarias para ocultar dividendos.

O exemplo britânico é uma piada escandalosa: por um lado, o primeiro ministro David Cameron pede ao G8 para que utilize o dinheiro dos impostos para fazer grandes investimentos e, por outro, com suas Ilhas Virgens ou Cayman, oferece um refúgio confortável aos sonegadores do planeta. A linguagem é dupla em toda parte. A investigação levada a cabo pelo Consórcio independente de jornalistas investigativos – ICIJ – que deu lugar ao Offshore Leaks, mostra, por exemplo, como os bancos franceses BNP Pariba y Crédit Agricole ajudam os seus clientes a criarem empresas offshore e como fornecem nomes falsos de contas para que escondam seus rendimentos.

Entre as 13 mil pessoas com contas que figuram no Offshore Leaks estão os filhos do ex-presidente colombiano Álvaro Uribe, que aparecem como acionistas de uma empresa radicada nas Ilhas Virgens Britânicas em 2008, a Asia America Investment Corporation. No que diz respeito ao Brasil, aparecem na lista os empresários Clarice, Leo e Fabio Steinbruch. Os três são membros de um seletto grupo das famílias mais poderosas do Brasil, proprietário do banco Fibra e das empresas siderúrgica CSN e têxtil Grupo Vicunha.

Os Steinbruch criaram em 2007 a Peak Management nas Ilhas Virgens Britânicas. Leo Steinbruch respondeu aos autores da investigação dizendo que “Peak Management existe, está em atividade e foi declarada por seus donos no Imposto de Renda e perante o Banco Central do Brasil como investimento no exterior”.

De qualquer maneira o montante de 15 bilhões de euros é tão elevado que Dewy Plenel, o diretor do portal Mediapart, se pergunta se o que está em jogo não é possivelmente “o financiamento do Partido Socialista”. É um valor demasiado para um só indivíduo. Segundo a televisão suíça, o banco recusou a operação “por temor a que houvesse complicações posteriores, já que Jérôme Cahuzac era uma personalidade politicamente exposta”. A mesma fonte adiantou também que o ex-ministro teria “depositado ou transferido por Genebra somas mais elevadas, e isso antes de 2009”.

O total dos impostos filtrados pelos paraísos fiscais bem que poderia servir para criar empregos, infraestruturas, para se investir em saúde, em educação, pesquisa ou desenvolvimento.

**"As democracias do Ocidente, que dão lições de todo tipo ao resto do planeta, escondem em suas entranhas os ladrões mais astutos e os organismos que organizam a fraude"**



## Jornadas Bolivarianas

Iniciou nesta terça, 9 de abril, as Jornadas Bolivarianas, que prosseguem até sexta feira, dia 12, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Organizadas pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) há quase uma década, esta nona edição trata do tema “Megaeventos esportivos: impactos, consequências e legados para o continente latino americano”, com a presença de conferencistas de seis países: África do Sul, Cuba, México, Uruguai, Equador e Brasil.

Segundo o professor Paulo Capela, presidente do IELA e pesquisador do Vitral Latino-Americano de Educação Física, Esportes e Saúde, as Jornadas têm como objetivo resgatar um elo necessário do que fazemos com o continente latino-americano. “É nossa compreensão que os colonizadores nos deixaram um legado cultural poucas vezes

confrontado em relação ao projeto civilizatório dos povos originários latino-americanos. E, como já dizia José Martí, esta página roubada da história da humanidade só poderá ser recuperada por nós mesmos.”

“Megaeventos esportivos: impactos, consequências e legados para o continente latino americano” é um tema significativo de nossos estudos, diz Capela. “As temáticas escolhidas para as conferências e os respectivos conferencistas nos possibilitarão muitos esclarecimentos sobre os reais interesses da realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas em nosso país.”

Veja a programação completa:

<http://www.jornadasbolivarianas.blogspot.com.br/2013/04/programacao-jornadas.html>

